

ALDI 12/5/80



PROJECTO DE MANIFESTO

1. Seis anos após o 25 de Abril, Portugal carece de uma proposta nova e transformadora. Capaz de realizar as esperanças de liberdade, progresso e justiça, que ainda aquecem o nosso Povo. É tempo de consolidar a democracia plúralista e o pleno respeito pelos direitos do homem, de dinamizar a economia, de praticar formas novas e autênticas de participação das pessoas na sociedade. É tempo de definir e executar um modelo claro de cultura, desenvolvimento e renovação profunda da sociedade portuguesa. Os anos oitenta serão aqueles em que — ultrapassados erros e golpes, utopias e incapacidades, vencida também a tentação conservadora de regressar a 1973 Portugal ganhará ou perderá a aposta de se integrar definitivamente no mundo moderno e de ascender na liberdade e justiça, ao grupo dos países em que o progresso não é só uma palavra.

Este é o desafio que se põe a toda a nossa comunidade. Muito já se conseguiu, num Portugal que é enfim livre e tem boas relações em todas as áreas do mundo por onde passam os nossos interesses vitais. Mas isso não nos dispensa de ultrapassarmos os erros e desentendimentos do passado e de tentarmos construir uma grande plataforma de acordo, à volta da qual se consolide a democracia política e se avance para formas mais perfeitas de democracia económica, social e cultural. É urgente uma resposta nova às aspirações dos portugueses a maiores níveis de justiça, liberdade, solidariedade e igualdade de oportunidades. Oferecendo aos portugueses a certeza de que essa é uma proposta realmente nova e não velhas propostas mas caradas como de "mudança"; mais competente e realista, mas também mais ousada no caminho do desenvolvimento, cumpre que as forças que se reclamam do centro e de esquerda democrática avancem com um entendimento tão amplo que dele apenas se excluam os que aspiram à conservação e ao restabelecimento de servidões definitivamente vencidas, ou à prática do colectivismo opressivo, também já rejeitado pelo Povo português. Um programa de acção comum das forças que recusam por igual restabelecer o capitalismo concentracionário dos grandes grupos e das multinacionais, ou cair em experiências de colectivismo autoritário permitirá encontrar a nova rota racional dos anos oitenta. Com base nesse programa será possível mobilizar os portugueses, cansados da demagogia, da mediocridade, da corrupção



e da incompetência, para vencer a crise económica e converter em efectiva fonte de progresso os sacrifícios da austeridade que os trabalhadores portugueses exemplarmente souberam suportar, na esperança de assim lograrem melhores condições de vida e robustecerem o regime democrático.

2. Os partidos e movimentos subscritores do presente manifesto estão conscientes de que a defeza e construção de uma democracia política, económica, social e cultural exige a denuncia dos perigos decorrentes da permanência no poder do actual Governo, o qual reforça uma dinâmica de revanchismo, bipolarização e confrontação que bem pode varrer até os que a desencadearam. Mas exige sobretudo a existência de uma verdadeira e capaz alternativa, com um programa concreto adequado para começar a resolver, nos próximos quatro anos, os principais problemas que afligem a nossa sociedade.

Reconhecem os erros cometidos no passado pelas forças do centro e da esquerda democrática — sem deixar de reivindicar o muito de positivo que foi feito e já transformou Portugal numa sociedade livre e europeia. **Fundação Cuidar o Futuro** Assim é possível encarar as lutas próximas como um tempo de renovação e de transformação, que há-de criar as condições para que, após um aberto e franco debate sobre os programas que melhor servem para resolver os problemas de Portugal e dos portugueses, nos lancemos nas acções concretas necessárias à sua resolução. Sô assim os problemas nacionais terão uma solução. Procurar resolver problemas não é afogá-los em demagogia, propaganda e eleitoralismo, como faz o Governo, nem tentar agravá-los como forma de luta política, como fazem a AD e a APU.

3. Consciente da necessidade de construírem uma proposta coerente, moderada e inovadora, que dê efectiva resposta às aspirações do nosso povo e nele confirme a esperança num futuro melhor, longe das injústias e arbitrariedades do passado, o PS, a ASDI e a UEDS decidem constituir a Frente.....

Esta tem em vista conjugar esforços para o processo político iniciado pelas próximas eleições legislativas e presidenciais e para a próxima revisão constitucional. Mas essa conjugação de esforços é apenas o começo duma alternativa política nova e há-de constituir a base do arranque para a justiça e progresso social nos

próximos quatro anos, criando uma dinâmica que em muito ultrapasse a simples acção partidária e contribua para tornar mais vivo o compromisso democrático dos portugueses.

Assim se viabiliza desde já uma alternativa legislativa e de Governo, equilibrada, eficaz e realista, distante da AD como da APU. Queremo-la, todavia, dialogante, com todos os portugueses, no âmbito das instituições democráticas e para sua melhoria gradual, sem exclusões inquisitoriais nem transigência nos princípios. Esta alternativa será a de todos os portugueses que se identificam com a liberdade e a justiça social, aos quais está aberta, a fim de alargar e aprofundar um programa de acções concretas, que permitam a estabilidade e a eficácia governativas. Ela será a derrota da bipolarização, que só favorece a AD ou o PCP, e o triunfo dos que pretendem criar situações de diálogo e consenso na sociedade portuguesa, sem as quais esta se não pacificará nem conseguirá modernizar-se, e pondo termo à insegurança que os portugueses sentem cada vez mais, comprimidos como vão sendo por dois universos ambos compressores e ambos tendo em si germes de totalitarismo, embora se apresentem como de sinal contrário.

Fundação Cuidar o Futuro

4. Certos também da importância de que se reveste para a consolidação desta alternativa de governo a eleição dum Presidente da República que dê garantias de fidelidade ao 25 de Abril e à Constituição, o PS, a ASDI.....
..... comprometem-se igualmente a apoiar um mesmo candidato às eleições presidenciais.

5. A Frente... constitui a resposta do centro e da esquerda democrática ao desafio lançado por um Governo conservador, apoiado em escassa e frágil maioria apenas parlamentar que tem substituído a governação eficaz e competente pela demagogia, pela propaganda, pela colocação de clientelas partidárias e pelo eleitoralismo. A proposta da Frente... está aberta a todas as forças democráticas e de progresso da sociedade portuguesa, desde que se inspirem por um programa de consolidação da democracia e se empenhem em reformas profundas para transformar a sociedade portuguesa. É possível promover a renovação das respostas da esquerda e do centro esquerda, e através delas fazer uma governação programática, que reduza o desemprego (neste momento em aumento), que trave duradouramente a inflac-



ção nas suas causas e não são em efeitos fugazes, que melhore o nível de vida e o poder de compra dos portugueses (cuja deterioração continua em 1980), restabeleça a independência económica, (de novo como em 1977 em risco pelo défice das transacções com o exterior) e relance o desenvolvimento económico na justiça, que este ano de 1980, ano de desperdício e miséria económica, já mostrou de forma alguma poder realizar. É possível e urgente edificar um Estado verdadeiramente democrático, descentralizado e regionalizado, onde o poder local e a participação dos portugueses assumam responsabilidades crescentes, ao invés do que tem sucedido sempre que a direita ocupa o poder. É possível e urgente criar uma economia nova ao serviço do homem e satisfazer os direitos económicos, sociais e culturais dos portugueses no âmbito de um processo de desenvolvimento realmente participado por todos. É possível e urgente valorizar a cultura nacional e libertar a comunicação social, rejeitando o dirigismo retrógrado e a manipulação censória da Informação.

A Frente..... recusa a confrontação generalizada em que o País está caindo. Propõe-se a vitória eleitoral e a estabilidade parlamentar — mas nunca à custa da instalação de guerrilhas entre os órgãos de poder democrático ou de qualquer projecto de concentração de poderes: respeitamos todos os órgãos de soberania, defendemos o Estado de Direito democrático e a separação de poderes. A Frente defende o empenhamento das Forças Armadas na defesa da democracia e a sua plena sujeição ao poder civil democrático. A Frente defende que os trabalhadores portugueses não podem continuar a ser os únicos sacrificados pela crise, e propõe-se praticar uma política de concertação, no quadro da participação democrática na elaboração do plano, que evite o clima de luta social permanente e a repressão salarial e laboral. A Frente defende o diálogo e a negociação com todos os portugueses, segura do seu projecto e firme nele, mas consciente de que a função das forças políticas é dialogarem com firmeza, sem exclusões nem perseguições, para resolverem com os portugueses os problemas políticos nacionais. A Frente defende uma política externa de independência e solidariedade, não de guerra fria nem de subordinação dos interesses nacionais a quaisquer interesses alheios. A Frente defende boas relações com os países do mundo à luz do interesse nacional e dos princípios de uma ordem internacional justa, privilegiando em especial os que decorrem da opção europeia e dos laços especiais com os países de expressão oficial portuguesa.

Provaremos que é possível rever o que esteja mal, nas instituições, nas leis, na nossa prática colectiva, sem praticar o golpismo e recorrendo apenas aos processos e mecanismos próprios da democracia. Mas demonstrar-se-á também, com determinação, que há forças capazes de se oporem a qualquer cerceamento dos direitos dos portugueses, e de qualquer golpe contra a democracia e o Estado de Direito está vota do ao insucesso, porque deparará com a legítima resistência do Povo português.

6. É tempo de dizer basta à demagogia sem rédeas de quem promete e não cumpre, à repressão salarial e à crescente ameaça aos direitos dos trabalhadores, ao absentismo e ao dirigismo cultural em vias de se reimplantar, à irresponsabilidade na gestão das finanças do Estado, à interpretação distorcida e bipolarizadora da Lei da Reforma Agrária, à asfixia do sector público da economia, à permanente guerrilha de portugueses contra portugueses, alimentada pela AD, a qual é incompatível com um esforço sério de estabilização, desenvolvimento e paz e bem pode lançar o país num clima de agitação política e social incontrolável.

Para pôr cobro a isto, o Centro e a Esquerda democrática assumem-se em termos afirmativos, apontando para a necessidade de um novo Governo, assente numa nova base parlamentar e que funcione solidariamente com o Presidente da República.

Deste modo, a Frente — certa de interpretar as aspirações de camadas cada vez mais diversas e largas da sociedade portuguesa — concorre às próximas eleições na convicção de que as vencerá e de que, vencendo-as, abrirá, de novo, a Portugal os horizontes da social-democracia e do socialismo democrático, únicas vias de desenvolvimento que se apresentam justas e adequadas à realidade nacional.

7. Os Partidos participantes da Frente — defenderão um projecto comum de revisão constitucional. Tal projecto preservará o que nela se contém de abertura a uma sociedade tendencialmente liberta dos estigmas da repressão dos cidadãos e da exploração dos trabalhadores, e permitirá a mais perfeita adequação da Lei Fundamental às exigências decorrentes da experiência entretanto realizada na articulação entre os diferentes órgãos de soberania, da caducidade do Pacto MFA-Partidos e da necessidade de obter os consensos indis-

pensáveis à criação de um clima de entendimento e de progresso que viabilize a viragem política por que o País tanto aspira. Pretendemos uma evolução profunda das instituições, consolidando a democracia. Recusamos tanto o imobilismo constitucional do PCP como a ritura por métodos ilegais da AD. Neste sentido, os deputados da Frente — bater-se-ão por uma revisão constitucional que:

a) salvaguarde os direitos, liberdades e garantias individuais, sociais, culturais e económicos consagrados na Constituição, aperfeiçoando no seu regime dúvidas ou limitações reveladas pela experiência;

b) garanta a subordinação do poder económico ao poder político, democraticamente constituído, através da preservação e implementação de um modelo de economia mista, asseente na manutenção do actual sector público produtivo, no reforço do cooperativismo, na revitalização da iniciativa privada e na efectiva concretização de uma planificação democrática de desenvolvimento;

c) assegure o necessário equilíbrio entre os diferentes órgãos de soberania e garanta a sua dignificação, mantendo, no essencial, as competências do Presidente da República e criando os mecanismos mais adequados ao reforço da estabilidade governativa;

d) estabeleça a total subordinação das Forças Armadas ao poder civil democrático, repartindo as competências do Conselho da Revolução pelos diferentes órgãos de soberania ou instâncias militares e criando um Tribunal Constitucional que garanta o respeito pela constitucionalidade das Leis e dos actos do Governo e da Administração Pública;

e) introduza, sempre que necessário, uma flexibilidade doutrinária mais conforme com os princípios da social-democracia e com a necessidade de evitar divisões ideológicas inúteis entre os portugueses, eliminando da Constituição causas escusadas de divisão entre os portugueses. A Constituição deve ser o primeiro factor de unidade democrática e de consenso sobre as instituições e o modelo de sociedade.

Em caso algum admitirá a Frente — que uma tal revisão tenha lugar por processos ou métodos diferentes dos que estão explicitamente prescritos pela Constituição e que implicam, nomeadamente:

- respeito pelos limites materiais da revisão constitucional;
- respeito absoluto pelas formas e termos da revisão constitucional, como o impõe o princípio do Estado de Direito, designadamente a exigência da maioria de 2/3 dos votos para a revisão;



- recusa absoluta de qualquer referendo para revisão constitucional o que será considerado como um golpe plebiscitário contra a democracia.

A autêntica regra democrática é a do respeito pelos direitos das maiorias e o diálogo com elas.

Uma sociedade é dirigida democraticamente, não é guiada por imposição duma maioria. Quando uma maioria pretende identificar-se com o Poder e com a Nação, tem uma vocação totalitária. Aceitar-se a maioria como não sendo mais que isso é uma medida de liberdade.

8. A Frente — apresentará brevemente ao eleitorado o programa das medidas governamentais que se propõe aplicar, uma vez chamada a formar o Executivo. Os seus objectivos básicos serão os seguintes:

a) No plano institucional — Construir o Estado Democrático, defender os direitos do Homem, criar a participação democrática.

- Vigorosa defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e respeito pela legalidade, contribuindo-se, por esta via, para a consolidação de um Estado de Direito;

- Garantia da isenção e pluralismo dos órgãos de comunicação social estatizados;

- Reforço do prestígio das instituições políticas representativas, designadamente pela dignificação da Assembleia da República;

- Implementação de uma autêntica autonomia regional dos Açores e da Madeira;

- Empenhamento profundo no desenvolvimento do poder Local, bem como um contínuo aperfeiçoamento de estruturas participativas, em geral, como factores de progresso numa sociedade que se pretende em transformação permanente;

- Derrubar a burocratização, o estatismo e o centralismo que a AD manteve e prosseguiu;

- Aceleração do processo de descentralização administrativa e institucionalização das Regiões - Plano, como primeiro passo para a criação das Regiões Administrativas;

- Reforma e dignificação da Administração pública, com sua modernização e moralização e reforço do princípio do primado da competência sobre o clientelismo partidário.

b) No plano económico-social e no domínio da política redistribu-



butiva — Uma nova sociedade, um desenvolvimento ao serviço do homem e a satisfação crescente das necessidades sociais;

- Consolidação de um sistema de economia mista, assente nos princípios gerais consagrados na Constituição, mediante o estímulo à iniciativa privada, o apoio ao sector cooperativo e a dinamização do sector público numa perspectiva de total aproveitamento das potencialidades de cada um e de valorização máxima de todos os recursos nacionais;

- Não adopção de uma política de novas nacionalizações que apenas, contribuiria para paralisar a economia, nem tão pouco de uma linha virada para as sucessivas reprivatizações, geradoras de fenómenos de concentração da riqueza e do poder, aceitando-se o respeito pela propriedade privada e a indispensabilidade de uma adequada utilização dos mecanismos de mercado, como meio de garantir uma afectação eficiente dos recursos disponíveis;

- Lançamento de um Plano de desenvolvimento a médio prazo, democraticamente participado pelas populações, com carácter imperativo para o sector público, que funcione como quadro de referência para o desenvolvimento da actividade económica em geral, corrigindo as lacunas decorrentes da lógica de funcionamento de uma economia liberal pura;

- Aceleração responsável do processo de integração europeia, numa óptica de consolidação da democracia, de desafio à inovação das estruturas produtivas, administrativas e legais e de estímulo ao desenvolvimento, mediante negociações que salvaguardem os interesses nacionais;

- Execução de uma reforma fiscal que crie o imposto único sobre o rendimento, introduza a TVA e de um novo regime de incentivos fiscais e financeiros, compatibilizando uma maior justiça social com o incentivo ao trabalho reprodutivo e ao investimento socialmente útil e transformando o nosso sistema fiscal num instrumento eficaz de justiça e política económica;

- Criação dos mecanismos mais adequados a uma eficiente canalização de recursos financeiros para a industria e agricultura, em condições privilegiadas e de acordo com projectos concretos devidamente fundamentados, visando-se contribuir para a consecução de um modelo de crescimento harmonioso e superador das assimetrias regionais e sectoriais existentes;

- Execução de uma política de expansão económica, dando-se prioridade ao combate ao desemprego, bem como ao controlo da infla-



ção e ao aumento do poder de compra, o que deverá passar por uma adequada compatibilização de objectivos de sinais diferentes, para a qual, aliás, contribuirá um alargamento do sector exportador e o melhor aproveitamento dos recursos nacionais.

c) No plano das reformas sociais e culturais — Pela igualdade e pela satisfação das necessidades sociais. — Concretização de uma reforma integral do sistema de ensino, apontando-se não apenas para um desenvolvimento e uma reorganização das estruturas educativas, verdadeiro suporte de uma sociedade que assegure a igualdade de oportunidades, mas também para a efectivação dos primeiros passos tendentes à gratuitidade no acesso a níveis crescentes de ensino, por forma a viabilizar-se a profunda transformação qualitativa de um sector básico da vida comunitária;

- Implantação escalonada do Serviço Nacional de Saúde, com a sua permanente adequação à realidade nacional e com adopção simultânea de um conjunto de providências tendentes à aplicação do princípio da universalidade do direito à saúde e à melhoria dos Serviços;

- Recuperação e aceleração do ritmo da produção de novos alojamentos, reconversão do sistema de crédito à aquisição de casa própria, reformulação do planeamento urbanístico e dos condicionamentos do uso do solo;

- Melhoria do esquema de benefícios sociais, com especial incidência sobre os desempregados, a terceira idade, a infância e os deficientes;

- Reforço do cooperativismo, ao nível das diversas actividades produtivas e também na realização de serviços sociais básicos promovendo-se, simultaneamente, a participação responsabilizada dos trabalhadores no processo de controlo e tomada de decisões ao nível da empresa e fomentando-se, ainda, as formas de associativismo que contribuam para uma mais profunda consciencialização do cidadão acerca dos problemas da sociedade em que se integra;

- Defesa da maior descentralização e animação cultural, com apoio às potencialidades criativas e participativas disseminadas pelo País e à valorização do património histórico, tendo em vista a contribuição para a criação de uma autêntica comunidade científica nacional e para a emergência de uma democracia cultural;

- Defesa da qualidade de vida, e em especial do meio ambiente, com elaboração de legislação que possibilite um eficaz

combate à poluição e a todas as formas de destruição irracional da natureza, fonte de novas injustiças e desigualdades.

9. Estes serão os princípios -norteadores de uma nova política de diálogo e de entendimento entre os portugueses, capaz de suscitar o indispensável clima de consenso social no progresso e na justiça, sem quaisquer formas de saudosismos e de revanchismos. Sô com um novo Governo, assente numa ampla e diversificada base social e com o apoio institucional do Presidente da República, revelando abertura aos parceiros sociais e empenhamento num projecto de criação de um País Novo, no respeito pela quadro institucional vigente, se alcançará a estabilidade indispensável à renovação da democracia, à mudança com Abril e a um futuro de justiça e liberdade.

A vitória da Frente - surge, portanto, como a única alternativa ao conformismo e ao situacionismo dos que não sabem inovar nem são capazes de criar, a partir de uma livre confrontação de ideias, novas condições para o renascer de uma sociedade reencontrada consigo própria, bem como a um Governo que, não tem dado mostras de colocar de lado os interesses individuais ou de grupo o interesse nacional. A importância vital da Frente - como única alternativa de centro e esquerda democrática à AD é tanto mais evidente quanto é certo que a APU, presa do dogmatismo ideológico e estratégico do PCP, jamais conseguirá afirmar-se como uma alternativa de poder democrático face aos conservadores da actual situação.

A Frente representa o renascer de uma esperança, em parte, iludida por erros cometidos no passado, e é a certeza de que o espírito do 25 de Abril continua presente no pensamento da maioria do povo português, apontando para as grandes metas de Justiça, solidariedade, Progresso Social e Desenvolvimento Económico. O PS, a ASDI, a UEDS estão conscientes da sua responsabilidade Histórica e de que a sua luta política constitui mais um ponto de partida para a construção de um Portugal mais próspero, mais livre e, sobretudo, mais conforme com as profundas aspirações de um Povo que não pode continuar a ser sacrificado pela tentação bipolarizadora, bem como pela conversão do indivíduo em mero espectador de um processo político que, para ser verdadeiramente transformador, exigirá sempre a participação, criativa e consciente de todos os portugueses.

É este o nosso Projecto. É esta a nossa proposta política que, agora, apresentamos, com total transparência de objectivos, ao Povo



Português.

No processo das futuras eleições está em jogo a nossa liberdade, a segurança e o bem estar dos nossos filhos, uma posição digna no Mundo de Portugal, da nossa terra e da nossa região.

Temos a nossa proposta que desenvolvemos a partir dum largo consenso democrático a partir da base que oferecem forças políticas que, diferentes no seu pluralismo e projectos a prazo, são capazes de dialogar entre si e com os outros.

Apresentamo-la como verdadeiro desafio de consciência aos democratas portugueses e àqueles que acima de tudo colocam o futuro da sua terra e da sua gente: manter a paz na sociedade portuguesa, reforçar nela a liberdade e a participação criativa dos portugueses, empenharmo-nos num projecto concreto de desenvolvimento que nos dê segurança, escola, emprego, habitação, trabalho, saúde, cultura, riqueza e qualidade de vida.

Mudaremos Portugal. Não para voltar ao passado em aventuras utopistas ou autoritárias; mas para construir a esperança de Abril.

Mudaremos Portugal no sentido do futuro, sem mais adiamentos, nem censuras, nem mentiras disparadas de promessas enganadoras.

Esta é também a esperança que queremos cumprir.

Mas nunca imporemos soluções.

Dirigimo-nos ao Povo Português, pedindo-lhe não o seu apoio mas a sua ajuda, a sua participação constante na definição e realização de um projecto que queremos mobilizador do País.

O futuro não nos será imposto. Ninguém o fará por nós.

Ou o construímos todos juntos, ou não teremos futuro melhor a dar aos nossos filhos.

Havemos de construir o futuro. E havemos de o fazer todos juntos para que ele seja de liberdade e diálogo de riqueza e de paz.